

Estratégias de sobrevivência na Amazônia Paraense: o caso dos moradores do baixo Rio Meruú (Igarapé-Miri/Pará/Brasil)*

Christian Nunes Silva**
Rosemildo Santos Lima***
João Palheta da Silva****
Ricardo Ângelo Pereira de Lima*****
Thiago Maciel Vilhena*****
Pedro Gabriel Barata Monteiro*****

Resumo

Este trabalho objetiva fazer uma análise sobre o modo de vida dos moradores do Baixo Rio Meruú. Inicialmente, foram realizadas leituras e discussões de textos de apoio para embasar teoricamente as pesquisas de campo. Somadas à pesquisa bibliográfica, as discussões em grupo e a pesquisa de campo foram de suma

* Trabalho oriundo dos debates realizados durante a execução do projeto “Mapeamento participativo e estratégias de sobrevivência de populações tradicionais na Amazônia paraense”, aprovado no Edital 14/2013 (Chamada Universal – MCTI/CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Christian Nunes da Silva e que resultou no trabalho de Lima (2015).

** Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará (cnsgeo@yahoo.com.br).

*** Mestre em Geografia e Educador da Escola Tenente Rêgo Barros (santoslima@hotmail.com).

**** Professor da Universidade Federal do Pará – UFPA (mpalheta@ufpa.br).

***** Doutor em Geografia Humana, Pós-Doutorando em Geografia no PPGEU/UFPA, Professor Associado II da Universidade Federal do Amapá. (ricardoangelo_pereira@yahoo.es).

***** Graduando do curso de Geografia da UFPA (thiagovilhena93@yahoo.com.br).

***** Graduando do curso de Geografia da UFPA (jimmy26@bol.com.br).

importância para a construção do conhecimento sobre a temática estudada, procurando aprimorar nossos estudos a respeito do modo de vida das populações com saberes tradicionais na Amazônia paraense. Desta forma, o reconhecimento e o mapeamento dos usos dos recursos naturais, por essas populações, foram de grande importância para a compreensão do que estamos chamando de estratégias de sobrevivência. Na incursão a campo foi posto como primeiro passo de análise os aspectos gerais da produção e comercialização do açaí, principal produto cultivado e comercializado na área de estudo e elo de identidade que liga a coletividade local ao território.

Palavras-chave: Modo de vida; Território; Territorialidade; Estratégias de sobrevivência; Baixo Rio Meruú.

Survival strategies at Amazon in Para: the case of residents from the lower course of Meruú river (Igarapé-Miri/Para/Brazil)

Abstract

This paper aims to make an analysis of the way of life of those living in the lower course of Meruú river. Initially were held readings and discussions of handouts so that field research were theoretically grounded. Added to the literature, group discussions and field research were very important to the construction of knowledge about the subject studied, trying to improve our studies about the way of life of people with traditional knowledge in Amazon. Thus, recognition and mapping of uses of natural resources, by these people, had great importance for the understanding of what we are calling survival strategies. In foray into the field, it was set as the first step of analysis, the general aspects of production and marketing of acai, the main product grown and marketed in the study area and identity link that connects the local community to the territory.

Key words: Way of Life; Territory; Territoriality; Survival strategies; Lower course of Meruú River.

Introdução

Este trabalho tem como temática central o modo de vida e as estratégias de sobrevivência¹ de populações com saberes tradicionais da Amazônia paraense, por meio do diálogo da pesquisa participativa em campo, nas proximidades da vila Maiauatá, com ênfase ao baixo rio Meruú, localizado no baixo Tocantins, interior do Pará (figura 01). Nesta localidade, assim como muitas outras no Pará, o açaí (*Euterpe oleracea*) é o principal produto de exportação e o alimento basilar na dieta familiar. Procurou-se investigar quais os outros métodos de sobrevivência que os habitantes utilizam durante o período de pouca produtividade desta fruta, tanto para hábitos alimentícios, como para sua venda.

Inicialmente, para a execução deste estudo, procuramos conhecer a bibliografia sobre a temática trabalhada, tais como Paul Vidal de La Blache (1954), Max Sorre (1984), Robert Sack (1986), Haesbaert (2004), Haesbaert; Pereira; Ribeiro (2012), Raffestin (1993), Little (2002) e Silva (2006; 2008; 2014) entre outros, que foram debatidos para o desenvolvimento da pesquisa.

Após este primeiro momento de pesquisa teórica e bibliográfica, foi realizada uma incursão a campo² que, juntamente à pesquisa bibliográfica e à participação dos entrevistados,

¹ Chamamos aqui de estratégias de sobrevivência a todas as formas de subsistência que os indivíduos se utilizam para garantir seus modos de vida. Nesse sentido, fazem parte dessas as técnicas e tecnologias, bem como os saberes adquiridos de geração em geração e que garantem a manutenção e a subsistência da família. É importante também falar que no momento atual os indivíduos agregam novos valores e modos de vida que vêm complementando essas estratégias, como o comércio formal/informal e os serviços públicos, que garantem à parte significativa dos habitantes uma fonte de renda que lhes permite a manutenção familiar.

² As visitas em campo foram realizadas nos meses de julho a novembro de 2014.

permitiu a verificação na realidade dos conceitos discutidos e que foram fundamentais para o entendimento das relações sociais que se desdobram na região amazônica, a exemplo: modo de vida, território e territorialidade. Nessas visitas em campo foi possível observar as principais estratégias de sobrevivência das comunidades estudadas no baixo rio Meruí, observando como os habitantes realizam suas atividades na época da safra e entressafra do açaí, para satisfazer suas necessidades de alimentação e geração de renda. No caso da área estudada fazem parte das estratégias de sobrevivência as atividades de pesca, cultivo e/ou extração de recursos naturais, o comércio e os serviços, além da criação de pequenos animais, que são de fundamental importância para a sobrevivência das famílias. No entanto, mesmo com o açaí na entressafra, quando diminui bastante sua produtividade, o fruto continua sendo de suma importância para as famílias (LIMA, 2015).

Com a ida a campo foi possível evidenciar de forma mais específica a realidade na qual vivem os moradores ribeirinhos do baixo rio Meruí e quais as estratégias de sobrevivência utilizadas para a subsistência das famílias da região. Somado a isto, fez-se um levantamento dos principais instrumentos utilizados na extração/coleta de recursos naturais e na produção e captação de outros recursos pelos moradores. Dessa forma, foi possível cartografar, com o auxílio de imagens de sensoriamento remoto, os principais territórios ocupados (lazer, trabalho, conflitos, etc.), que possibilitaram a elaboração de um mapeamento participativo³, com a localização das residências e as atividades produtivas dos moradores, gerando com isso informações sobre o uso de recursos naturais e as representações territoriais no baixo rio Meruí.

³ O uso do mapeamento participativo foi norteado pelos debates contidos em Acselrad (2008) e por Corbett (2009) que apresenta uma discussão inovadora a respeito deste tema e sua aplicabilidade na construção de representações cartográficas partindo de um olhar empírico dos grupos sociais em estudo.

Assim, para a compreensão do modo de vida e das estratégias de sobrevivência na área estudada, foi realizada uma oficina de mapeamento participativo, onde foi explicado aos participantes (majoritariamente membros das comunidades pesquisadas no baixo rio Meruí) a importância deste mapeamento. Nesse momento, foram disponibilizados aos participantes mapas “em branco”⁴ da região, para que os mesmos pudessem plotar as suas próprias referências geográficas, como: casas, escolas, locais de pesca, açais, campos de futebol, sedes festivas, locais de conflitos e etc. Após isto, foram realizadas entrevistas com algumas pessoas da localidade, que são influentes coletivamente e que realizam, principalmente, a produção do açaí. Esses mapas plotados foram digitalizados com a ajuda das ferramentas de geoprocessamento (software Qgis)⁵ que permitiu a geração de um mapa síntese, onde se pode observar as territorialidades da população do baixo rio Meruí (LIMA, 2015).

Assim, este trabalho mostra-se importante tanto para a academia, quanto para os habitantes da localidade estudada, pois o produto gerado na execução da pesquisa reúne informações tanto do contexto socioeconômico, quanto do uso dos recursos naturais, passando pela territorialidade, colocando de forma sistemática como a população sobrevive na época de baixa produção, de seu produto principal, o açaí, enfatizando que as estratégias de sobrevivência são usadas para contornar as dificuldades impostas pela entressafra. A seguir, veremos uma breve abordagem teórica sobre os conceitos e categorias que auxiliaram a elaboração deste trabalho e permitiram o diálogo com a realidade vislumbrada em campo.

⁴ Apenas com informações geográficas básicas (rios, estradas, limites).

⁵ Os mapas foram produzidos no Laboratório de Análise da Informação Geográfica da Universidade Federal do Pará (LAIG/UFGPA).

Modo de vida, território e territorialidade

A noção de “modo de vida” na Geografia não é algo novo, já vem sendo utilizado pela geografia francesa desde o início do XX⁶ e neste artigo é entendido como o conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um grupo social específico, somado as suas técnicas para a sobrevivência, segundo as oportunidades e preferências de cada grupo. Assim, hábitos e disposições se exprimem num conjunto de objetos constituídos pelos meios de sustento, vestuário, habitação, além dos utensílios e as armas. Essas características de vida, deve-se ressaltar, não são adquiridas de maneira rápida, mas são repassadas de forma hereditária de geração para geração, e isto faz com que se firme de forma mais enraizada, sendo que quanto mais antiga, mais forte. Logo vemos que “modo de vida” seriam todas as características presentes em uma determinada comunidade e que fazem com que esta se diferencie das outras, o que não quer dizer que sejam únicas e exclusivas, pois algumas se repetem de população para população, no entanto, o agrupamento de várias, repetidas ou não, é que fazem existir este conceito geográfico.

Max Sorre (1984) reconhece as características materiais de cada povo agregado à sua espiritualidade, que é consolidada pela tradição, na qual um grupo humano assegura sua permanência em seu meio, em outras palavras um conjunto de técnicas únicas da vida em grupo, que podem ser: modos de pesca, gêneros de vida e cotidiano, estratégias de sobrevivência, estilo de moradia, dieta alimentar, sotaque, religião própria, a forma de cultuar deuses e santos e etc.

No entanto, este modo de vida pode ser reafirmado através do território, outro conceito geográfico, onde um grupo não pode ser compreendido sem o seu próprio espaço de ação. Este grupo, para existir, precisa que o Poder, enquanto posse territorial, seja acionado perante uma porção de terra, isto é, trata-se de um espaço

⁶ A obra de Paul Vidal de La Blache (1954) é referência imprescindível no uso deste termo e deu origem a toda uma escola de pensamento.

ou porção da superfície terrestre que é delimitado por relações de poder, sendo este que vai influenciar nos fluxos e saídas de entrada e saída, tanto de pessoas como de objetos. São as relações de Poder que comandam as ações dentro e nos arredores do território. Nesse sentido, o território e suas relações podem ser construídos e desconstruídos em diversos tamanhos e escalas (SACK, 1986), que variam de acordo com as mudanças das fronteiras e limites de ação ou influência, que pode ser uma casa, chegar a um país ou até a um conjunto de países, como em um bloco econômico, podendo ocorrer em caráter permanente ou ter uma existência periódica, ou acontecer a partir de ciclos (HAESBAERT, 2004).

Temos como exemplo de poder e território a atuação do Estado, em que este rege leis sobre a porção que lhe é determinada dentro de um país que, no entanto, para existir, precisa da união de parte do povo, ou então será exercida a partir da dominação e violência (RAFFESTIN, 1993). Já a territorialidade, está intimamente inserida no nosso dia a dia, seja no contexto das populações rurais, seja no meio urbano, em que podemos não percebê-lo, mas implicitamente respeitamos o seu poder.

Assim, este poder que é empregado sobre os homens tem alcance em níveis macro ao micro, desde um pequeno quarto dentro de uma casa, a grandes extensões de área. Além do mais, este pode ser valorizado por qualquer pessoa ou órgão que o estabeleça. Um local ou área sem que seja impressa a territorialidade é passível de qualquer movimento seja de dentro para fora ou de fora para dentro.

Dessa forma, as relações de poder que são expressas em uma porção de terra influenciam e controlam desde interações sociais até os surgimentos ou deslocamentos de fenômenos. E, após essas áreas serem delimitadas, e sofrerem a influência do poder, é que o indivíduo tem sua percepção e magnitude, com isto podendo construir mapas representando tais traços e características, de um grupo ou não, que a habita/ocupa. O que se deve deixar claro é que não se faz necessário que para se poder defender um território, o defensor esteja dentro dele, nem tão pouco por perto. Há inúmeras

formas de restringir, como uma cerca, uma simples placa, ou um muro, que podem impedir a passagem ou mesmo restringir o acesso. De forma que o seu tamanho pode ser alterado, suas propriedades e formas de exclusão também, quem hoje pode ter acesso e usar a territorialidade a seu favor amanhã pode não se adequar a ela ou não dominá-la.

Nesse caso, é possível observar que as populações humanas muitas das vezes não utilizam muros, cercas ou placas para demarcar os territórios e sim se valem de características naturais ou artificiais próprias do espaço onde habitam para indicar suas propriedades/posses. Com isso, percebemos que territórios podem ser demarcados por rios, árvores, plantações ou até estruturas geomorfológicas do solo, muitas vezes não contornando todo o espaço, formando um polígono/zona/área, e sim apenas indicando, na maioria dos casos o fim ou o início de um domínio. Nessas terras, que nunca foram demarcadas pelos exemplos comuns de territorialidade (muro, cerca, etc.), o respeito que as populações têm entre si quase que sempre não permite que ocorra a perda do mesmo. No entanto, a agricultura, a pecuária e a pesca industrial desordenada – impostas pelo capital e pelo mercado consumidor, são fatores que competem para a expulsão de populações com tradição no uso dos recursos naturais de seus locais de origem.

Todo este contato com o território dessas populações vai além de um simples domínio de territorialidade ou um sentimento de pertencimento. Sack (1986) observa que a conexão entre um povo e o local que ele ocupa se torna extremamente fechada, deixando de lado o momento em que o local é territorial ou não, não somente devido à familiaridade e a dependência, mas também porque as pessoas começam a pensar nelas mesmas como ligadas organicamente e até mesmo espiritualmente com o espaço que ocupam.

Nesse sentido, entendemos então que a defesa de um território ou até a proibição do tráfego de pessoas, assim como as relações dentro e no entorno vão além de um mero sentimento de poder, mas sim fazendo parte de questões pessoais. Desse modo, se questiona como fazer uma análise sobre a ordem territorial, onde as formas que a limitam são

desconhecidas por órgãos competentes, por serem abstratos ou naturais, e nem sempre são reconhecidos por todos, mas apenas pelas populações que vivem nessas territorialidades? É esse fator que ocorre no baixo rio Meruí e que buscaremos apresentar a seguir.

Estratégias de sobrevivência no baixo rio meruí

A pesquisa realizada no baixo rio Meruí, localizado no interior do estado do Pará, no município de Igarapé-Miri, teve papel fundamental para a compreensão das estratégias de sobrevivência dos habitantes no período da safra e da entressafra do açaí. A safra se inicia em meados de julho e vai até o mês de dezembro (LIMA, 2015). O açaí é o fruto mais produzido e exportado da região, também é o prato principal da alimentação da população. Nos meses de safra o fluxo tanto de pessoas como de embarcações e caminhões são constantes na região e a demanda por açaí atrai e movimenta famílias inteiras para colheita e para a comercialização. A figura 01 mostra a localização da área de pesquisa.

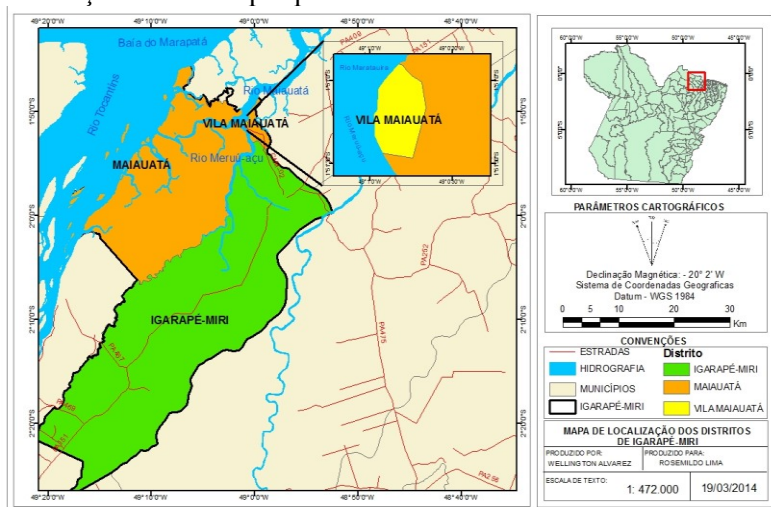


Figura 01: Localização da Vila Maiauatá (Pará, Brasil).

Fonte: Lima e Silva (2014), Lima (2015).

Uma das moradoras entrevistadas respondeu que todo o dia, durante a safra, se tem a retirada da fruta das árvores de açaí, com o início às cinco da manhã e término por volta das dez horas da manhã e o restante do dia é destinado para a limpeza e carregamento das embarcações. Segundo a entrevistada cerca de três a quatro homens fazem esse serviço por família, e os grandes produtores usam trabalhadores em número maior. Os portos, no decorrer da estrada, assim como as vilas e comunidades próximas apresentam um fluxo de pessoas significativo, que fazem o descarregamento dos barcos e o carregamento dos caminhões para a exportação da fruta.

Durante a visita em campo, percebemos que boa parte da infraestrutura das comunidades que fazem parte do baixo rio Meruí é composta por pontes, pequenos comércios e residências de madeira. O porto principal da vila Maiauatá (figura 02), principal local de escoamento e comercialização do açaí no baixo rio Meruí serve não somente para o embarque e desembarque de passageiros, mas também como local de descarregamento do açaí. A figura 02 mostra parte do porto principal, presente na própria vila Maiauatá, onde se escoam o açaí e os produtos da região.

Assim, a produção do açaí no baixo rio Meruí, além de ser um recurso gerador de renda, também cimenta a identidade local, bem como é fator inquestionável na constituição de um modo de vida que se divide basicamente em função da safra do fruto do açazeiro e de sua entressafra, isso se dá devido a sazonalidade da produção.

Sendo assim, em cada período do ano há o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência bastante distintas. No período da safra a população ribeirinha local se volta quase que totalmente para o trabalho da colheita e da comercialização do produto. De acordo com os relatos de alguns moradores é o período da fartura, onde se planeja a ampliação e/ou reforma da casa, a aquisição de bens materiais, enfim, é o período onde o fator econômico insere a comunidade em um circuito do mercado de compra e venda. Muitos abandonam as atividades secundárias para se dedicarem

SILVA, C.N. *et al.* Estratégias de sobrevivência na Amazônia Paraense...

exclusivamente à colheita e à comercialização do açaí. Assim, o açaí, mais que um simples fruto, para muitas comunidades amazônicas, é um elemento que faz parte da cultura, e é uma das características que identificam muitas territorialidades locais que marcam as paisagens ribeirinhas do baixo rio Meruí. A figura 03 mostra uma paisagem típica na área de estudo, onde o plantio do açaizeiro fica próximo às residências, o que facilita a coleta e o transporte até as áreas de comercialização do fruto.



Figura 02: Porto de vila Maiautá.

Fonte: Pesquisa de Campo (2014).



Figura 03: Açazais no baixo rio Meruú.

Fonte: Lima (2015).

No período da safra do açai é comum, inclusive, a contratação de mão de obra de apanhadores⁷ para dar conta da demanda exigida pelo mercado. O comércio é feito em alguns casos individualmente para atravessadores ou através de associações que negociam diretamente com fábricas. No momento de entressafra é realizada a limpeza do local da plantação, uma forma de manejo do plantio que os habitantes chamam de “desenvaração”, em que os açazeiros são limpos, com a retirada das árvores que não darão mais frutos ou que estão com baixa produtividade, assim como das árvores muito altas, que dificultam a retirada do açai. A figura 04 mostra a extração típica de um cacho de açai direto do açazeiro.

⁷ São moradores da própria região que são contratados para a coleta do fruto.



Figura 04: Coleta de açai no baixo rio Meruú

Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

Na entressafra do açai os pequenos produtores da região usam a atividade da pesca de peixe e do camarão para a subsistência familiar e o excedente para a comercialização em cidades próximas. Além disso, percebe-se o cultivo de frutas como o ingá (*Inga edulis Mart*) e o cupuaçu (*Theobroma Grandiflorum-Sterculiaceae*) para o consumo familiar e a venda do pouco excedente. Somado a isto é realizada a criação de animais de pequeno porte, como a galinha, peru e porcos, que são utilizados na dieta familiar e também geram renda com sua pouca comercialização em residências ou cidades próximas.

Durante a visita na área de estudo não se viram cercas, muros ou placas, indicando o início ou o fim dos terrenos ou lotes de cada morador, isso reforça a ideia de território e territorialidade utilizada na pesquisa, pois, segundo os entrevistados, os donos de cada parcela conhecem os limites e até aonde se podem plantar ou retirar o açai de cada propriedade. Esses moradores para saberem onde seus domínios terminam ou começam possuem referências

naturais, como por exemplo, uma árvore que destoa da maioria das demais, segundo uma característica particular (alta, baixa, tipo de fruto, aparência diferenciada, etc.). A figura 03 mostra uma residência típica do local. Nela se percebe que não há a presença de muros ou cercas que, em geral, são símbolos da territorialidade em áreas urbanas, mas que nos ambientes ribeirinhos na área pesquisada são aparentemente desnecessários, visto que a territorialidade é definida por outros mecanismos de identificação, conforme já foi dito (árvores, rios, pedras, praias, depressões, etc.).

A atividade pesqueira pouco ocorre na área pesquisada, por conta, segundo relatos, da escassez de peixe, visto que o barulho dos motores e o vai e vem das embarcações estariam dificultando a pesca na região. Mesmo fora da época de safra do açaí, as poucas ramas (parte da árvore em que ocorre o desenvolvimento do fruto do açaí) que são coletadas são comercializadas e assim a família sobrevive. Outra fonte de renda é o serviço público que alguns moradores exercem, somado a ajuda de programas sociais do Governo Federal.

Geralmente, o material utilizado pelos moradores locais para a fabricação de utensílios para a coleta e o transporte do açaí é extraído da própria floresta, com uso de fibras, madeira e outros materiais. Na figura 05 vemos o matapi, que é utilizado para a pesca do camarão e funciona como uma armadilha que prende o animal. A figura 06 demonstra outro utensílio fabricado a partir dos recursos naturais, são os paneiros ou rasas, feitos também de talas do miriti (*Mauritia flexuosa* L.) e finas cordas, que são levados aos açaiçais para o transporte e armazenamento do açaí.



Figura 05: Matapi (instrumento utilizado para pesca de camarão).

Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

Todavia, na entressafra, a pouca pesca do camarão e de peixes serve unicamente para o consumo, pelo fato de suas redes e matapis não serem apropriados para grandes pescarias.

Um dos moradores que foi entrevistado fez uma lista de frutas que são comuns da região e que sua família, no período de entressafra, realiza o comércio, são: cacau (*Theobroma Caçãõ-Sterculiaceae*), banana (*Musasp-Musaceae*), limão (*Citrus Limonum-Rutaceae*), coco (*Cocos Nucifera-Arecaceae*), toranja (*Citrus paradisi*), cupuaçu (*Theobroma Grandiflorum-Sterculiaceae*), graviola (*Annona muricata*) e abacaxi (*Ananas comosus*). Estas são levadas aos mercados de municípios próximos para a comercialização. O entrevistado informou que em anos anteriores havia um acordo para a extração do óleo de murumuru (*Astrocaryum murumuru*) e de andiroba (*Carapa Guianensis*) para a respectiva venda para a empresa Natura, que utilizaria os produtos na fabricação de cosméticos.



Figura 06: Rasa/Paneiro de açaí.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Na entressafra alguns se dedicam à extração do palmito que se dá em paralelo à limpeza dos açazais, ou seja, o manejo que prepara a área para a próxima safra. Isso só acontece com a retirada das árvores mais altas e mais velhas que comprometem o desenvolvimento das mais novas e a própria integridade física do apanhador, pois tais árvores, além de não produzirem tanto dificultam a colheita. O palmito serve tanto para o consumo da família, como também para ser comercializado, porém nem todos os ribeirinhos locais realizam esse comércio, pois alegam que o trabalho é muito e o retorno financeiro é baixo.

Durante a pesquisa de campo percebeu-se em cada entrevista um modo diversificado e complexo de sobrevivência, uns plantam bastante, outros coletam na entressafra o pouco açaí que ainda resta para sobreviver, alguns criam animais, nem todos fazem a extração

do palmito, e quase todos corroboram com a ideia de que o açaí ajuda de forma significativa em todas as épocas do ano, mostrando fortemente o seu modo de vida ribeirinho, com algumas particularidades, porém, com a mesma essência.

Em todas as entrevistas realizadas foi feita a seguinte pergunta: “Você tem vontade de sair de seu local de moradia e ir morar na cidade?” Os entrevistados foram enfáticos em negar totalmente essa possibilidade, por estarem adaptados totalmente à região, amarem suas terras e possuírem um sentimento forte de pertencimento ao local, com o açaí reafirmando o seu modo de vida, além de que tudo presente na cidade que representa tecnologia pouco a pouco está chegando até eles, pois possuem uma maneira de modelar as atividades do dia a dia, não pautada no tempo do relógio, na dinâmica do capital, mas sim moldada pela e natureza pelo rio que os cerca.

Na figura 07 apresentamos o produto da representação espacial elaborada a partir da aplicação das técnicas de mapeamento participativo.

O mapa participativo produzido em conjunto com os moradores do baixo rio Meruú trouxe-nos alguns elementos distintos entre si, que são passíveis de uma discussão para que ocorra um maior entendimento de seus significados e importâncias para a comunidade. Os açazais mostrados no mapa são em grande maioria em terrenos localizados próximos às residências de seus donos, não contendo nenhum tipo de cerca ou muro que os separa, os seus limites são reconhecidos pelos próprios moradores.

Percebemos pelo mapa que as árvores de açaí estão presentes com frequência na região (como visto nas figuras 03 e 04), se comparado às árvores de coleta de outras frutas, que também são de suma importância para a economia familiar, principalmente nos períodos de entressafra do açaí, como afirmado anteriormente (LIMA, 2015). Outro fator que está presente no mapa participativo são os territórios de caça, que estão mais direcionados à subsistência familiar, do que necessariamente para a

venda, assim como a pesca artesanal, que basicamente é direcionada para o consumo dos próprios moradores.



Figura 07: Território vivido dos ribeirinhos produtores de açaí no baixo rio Meruú.

Fonte: Lima (2015).

Algumas outras atividades mostradas no mapa estão presentes no dia a dia da população e possibilitam uma renda fixa a quem se dispõe a praticar, como é o caso da carpintaria naval, que destaca a região, já que é onde se fabrica a maioria dos barcos que são utilizados pelos moradores e, segundo relatos, dinamiza a economia das famílias proprietárias dos estaleiros, que constroem verdadeiras obras de arte flutuantes, isso praticamente feito pelo conhecimento tradicional que eles absorveram e que foi repassado

hereditariamente, sem possuírem formação acadêmica ou técnica (LIMA, 2015).

Foram relatados também atividades de contrabando, pelo fato das comunidades estarem próximas às áreas de intensa navegação e ter proximidade com o oceano, facilitando a entrada de objetos ilícitos. Desse modo, foi relatado que os moradores também convivem com a presença de “piratas” na região, são como chamam os indivíduos que assaltam as embarcações que navegam por esses rios.

Considerações finais

Durante a execução da pesquisa os conhecimentos teóricos assimilados foram de suma importância para o entendimento e desenvolvimento deste estudo, onde se teve uma melhor base de fundamentação para discussões futuras. Além disto, o conhecimento presente em algumas obras consideradas como clássicos da geografia se coadunam com o que foi observado na pesquisa de campo. Tendo em vista que as visitas em campo foram uma forma de reafirmar o que foi lido, além de permitir o entendimento das dinâmicas que ocorrem no baixo rio Meruí.

Com a compreensão adquirida nas incursões a campo e nas discussões de texto e reuniões da equipe de pesquisa fica evidente que o açaí pode ser considerado o principal elemento territorializador deste espaço, que o torna o centro da vida dos moradores do baixo rio Meruí, que dependem dele de forma econômica, social e culturalmente, pois este produto tornou-se um elemento importante para os moradores, moldando a maneira como vivem e ocupam suas territorialidades, adaptando o modo de vida da população, por isso a necessidade de mais estudos sobre esse assunto.

Os mapas mentais que cada morador possui auxilia na construção cartográfica e no entendimento das territorialidades na região, contribuindo assim para a delimitação dos terrenos privados, mesmo que muitos ou quase todos não usem cercas, placas ou muros, em que cada morador respeita os domínios do outro. Este modelo de

territorialidade não impede o fluxo de pessoas ou de animais de um lugar para outro, mas restringe a retirada ou construções impróprias ou em locais inadequados, sem autorização. A conversa com os próprios moradores do local, fez com que novos questionamentos fossem levantados e assim colocados como propostas para os estudos futuros. Assim, o mapeamento participativo é necessário para compreendermos a espacialidade/territorialidade dos elementos presentes na área pesquisada e assim poder identificar onde estão localizados os açais, outros trabalhos, as áreas de lazer e de conflito. Dessa forma, o mapeamento participativo retrata o mapa mental do habitante e de sua coletividade, perante as suas territorialidades e os seus espaços vividos.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

CORBETT, J. **Good Practices in Participatory Mapping. A Review Prepared for the International Fund for Agricultural Development (IFAD)**. International Fund for Agricultural Development (IFAD). Rome, Italy, 2009.

HAESBAERT, R., **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R., PEREIRA, S. N., RIBEIRO, G. (Orgs). **Vidal, vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2012.

LA BLACHE, P. V. **Princípios de geografia humana**. 2ª ed. (S.I): Cosmos, 1954.

LIMA, R. S. **Na safra e na entressafra do açaí: uso do território e modo de vida da população ribeirinha do baixo rio Meruú,**

SILVA, C.N. *et al.* Estratégias de sobrevivência na Amazônia Paraense...

Igarapé Miri Pará. Belém: PPGEIO/IFCH/UFPA, 2015. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

LIMA, R. S., SILVA, C. N. Territorialidades, paisagem e modo no baixo rio Meruí (Igarapé-Miri Pará). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v.1, 2014, p. 55 – 75.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos sociais do brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia, 322, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Vol. 29, São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. **Human territoriality.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, Christian Nunes da. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA.** Belém: PPGEIO/IFCH/UFPA, 2006. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

_____. Ocupação Humana e Modo de Vida na Amazônia. **Revista Vivência (UFRN)**., v. I5, 2008, p. 121-128.

_____. **Percepções geográficas: educação, sociedade e meio ambiente na Amazônia.** Belém: GAPTA/UFPA, 2014.

SORRE, M. **Geografia.** (Tradução e organização Januario F. Megale, Maria Cecilia França e Moacyr Marques). São Paulo: Ática, 1984.

Recebido em outubro de 2015

Aceito em janeiro de 2016

